

# **LINHAS ORIENTADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REDE PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS SAUDÁVEIS**

**2015 - 2019**



## Índice

Introdução.....	4
1. Cidades Saudáveis em Portugal.....	5
1.1. Missão e Valores.....	8
1.2. Visão e Estratégia.....	9
2. O Trabalho em Rede .....	9
3. O Futuro – Linhas estratégicas .....	15
3.1. Reformular o modelo de funcionamento da RPMS, por forma a estimular uma maior participação dos municípios associados.....	16
3.2. Intensificar uma cultura de trabalho em rede.....	17
3.3. Investir no desenvolvimento de instrumentos de análise e de planeamento.....	18
3.4. Investir na consolidação e formação do Grupo Técnico.....	19
3.5. Estreitar laços de colaboração com a Administração Central e promover/reforçar parcerias estratégicas de âmbito nacional.....	20
3.5.1 Parceria com a Direção-Geral de Saúde.....	21
3.5.2 Parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública – potenciar o protocolo existente.....	21
3.5.3 Parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa.....	21
3.5.4 Parceria com a Faculdade de Motricidade Humana, Faculdades da Área da Nutrição e Psicologia.....	22
3.5.5 Parceria com as Associação Nacional de Municípios, Associações Regionais de Municípios e Comunidades Intermunicipais.....	22
3.6. Trabalhar em parceria com a OMS e com as cidades europeias no contexto da participação na Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis.....	22
3.6.1 Revalidar a participação na Rede das Redes de Cidades Saudáveis da OMS nas fases futuras .....	23
3.7. Implementação do Roteiro Nacional de Saúde.....	25
Conclusão.....	26

## Introdução

O documento “Linhas Orientadoras para o Desenvolvimento da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis” surge numa fase de maturação desta associação marcada por algumas alterações, desde logo na sua designação com o assunção clara de que o espectro da sua intervenção é o município independentemente do seu território ser maioritariamente urbano ou rural.

Os resultados eleitorais do último escrutínio democrático ditaram uma alteração significativa do grupo de políticos que integram os órgãos da Rede, nomeadamente o Conselho de Administração e a Assembleia Intermunicipal.

A vigência deste documento será ainda marcada pela autonomização do funcionamento da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) naquela que é a sua nova sede situada na Cidade do Seixal, num edifício cedido pela Câmara Municipal do Seixal e requalificado ao abrigo do orçamento de 2014 desta associação de municípios.

Numa breve avaliação dos planos estratégicos anteriores, consideramos que estes são sobretudo marcados pela expansão da RPMS pelo território nacional, pela consolidação de determinadas linhas de intervenção, designadamente, ao nível de estratégias de informação e de divulgação, da formação do corpo técnico, bem como do reforço do trabalho em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS).

A RPMS também marcou presença nos momentos mais significativos de discussão na área da saúde no panorama nacional, quer na elaboração do Plano Nacional de Saúde, quer em fóruns de discussão onde estiveram presentes os melhores especialistas a nível nacional e internacional deste domínio. Destaca-se o **3º Fórum Nacional de Saúde**, que se realizou a 8 e 9 de Março de 2010, no Centro de Congressos de Lisboa e o “**Workshop Comunidade, Autarquias e Saúde**” que decorreu entre os dias 28 e 29 de Abril de 2011, no Centro de Reuniões da FIL, no Parque das Nações,

organizado pelo Alto Comissariado para a Saúde em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública, o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, o Gabinete Regional para a Europa da OMS e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Neste encontro a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, na pessoa da coordenadora técnica, teve um papel muito ativo, como moderadora, como preletora e ainda na elaboração das conclusões das temáticas abordadas, quer no Workshop 4, sobre o tema **“Fazer melhor com o que se tem: como analisar e avaliar as políticas e as estratégias nacionais, regionais e locais para a redução das desigualdades em saúde?”**.

Com efeito, e salvaguardando a importância do percurso desenvolvido consideramos que atualmente importa refletir sobre a consolidação da RPMS, na perspetiva da melhoria do seu funcionamento aumentando a participação efetiva de todos os seus membros. É expectável que a concretização deste objetivo seja facilitada pela implementação do Roteiro Nacional para a Saúde, um projeto que visa diagnosticar as desigualdades no acesso à saúde defendendo o direito à saúde e a valorização do Serviço Nacional de Saúde enquanto pilares da construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

A mobilização das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, das Comunidades Intermunicipais e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores na concretização deste objetivo projetará a RPMS no plano nacional com possíveis impactos no seu alargamento através da adesão de novos membros.

## **1. Cidades Saudáveis em Portugal**

Em Portugal, um conjunto de municípios sensíveis à abordagem holística da saúde promovida pelo Projeto Cidades Saudáveis e conscientes de problemas de saúde emergentes devido a desequilíbrios nos condicionantes ambientais e socioeconómicos, constituíram uma comissão promotora que em 10 de outubro

de 1997 criou, sob escritura pública, em Viana do Castelo, a Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.

Esta associação de municípios assume-se, fundamentalmente, como um grande fórum de partilha e de discussão de questões com impacto na saúde e qualidade de vida das pessoas. A visão de que a promoção da saúde se rege por princípios de cooperação intersectorial, solidariedade, equidade e sustentabilidade, impeliu os municípios a procurarem em conjunto respostas para problemas comuns.

Esta filosofia de trabalho em parceria potencia a obtenção de ganhos em saúde, constitui um estímulo à inovação e criatividade e permite a construção de uma visão partilhada de intervenção pela saúde e qualidade de vida.

Em 18 anos de trabalho coletivo pela saúde das populações são inúmeros os ganhos obtidos. Durante este período foram vários os objetivos perseguidos por esta associação resultantes da vontade de disseminar, pelo território nacional, a metodologia de intervenção das Cidades Saudáveis, de consolidar a Rede Portuguesa conferindo-lhe maior maturidade em termos de intervenção e de articulação com o poder local e central.

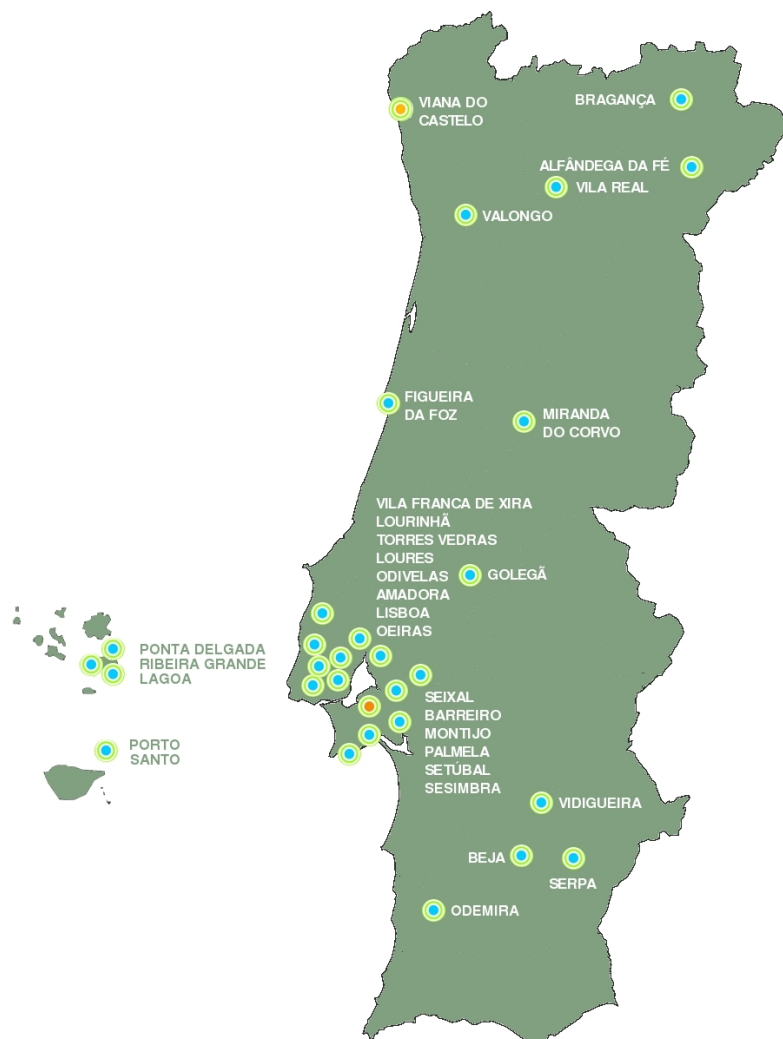
Durante estes 18 anos a Rede passou de 9 municípios fundadores para 30 municípios associados. Pelo caminho ficaram municípios que integraram a Comissão Promotora desta associação mas que nunca chegaram a ser membros de facto.

Nos últimos anos acolheram-se novos municípios (Vendas Novas, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Povoação, Lagoa, Barreiro, Porto Santo, Albufeira, Figueira da Foz, Angra do Heroísmo, Barcelos, Golegã, Valpaços, Valongo, Alfândega da Fé, Sesimbra, Vidigueira, Odemira e Beja); contudo, também se registaram algumas desvinculações por decisão política, na sua maioria, determinada por dificuldades económicas decorrentes da crise que se vivencia em Portugal nos últimos anos, a saber: Aveiro, Povoação, Albufeira, Portimão,

Vendas Novas, Valpaços, Angra do Heroísmo, Cabeceiras de Basto e Barcelos. A adesão e a desvinculação à RPMS são determinadas pela visão estratégica política, no que respeita à promoção da saúde no território municipal, com impactos na alteração da constituição da Rede em consequência dos resultados eleitorais.

Presentemente a RPMS é constituída por 30 municípios, designadamente, Alfândega da Fé, Amadora, Barreiro, Beja, Bragança, Figueira da Foz, Golegã, Lagoa (Açores), Lisboa, Loures, Lourinhã, Miranda do Corvo, Montijo, Odivelas, Odemira, Oeiras, Palmela, Ponta Delgada, Porto Santo, Ribeira Grande, Seixal, Serpa, Sesimbra, Setúbal, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vidigueira, Valongo, Vila Franca de Xira e Vila Real.

#### Mapa dos Municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis



## **1.1. Missão e Valores**

A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis é uma associação de municípios que tem como missão apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projeto Cidades Saudáveis nos municípios que pretendam assumir a promoção da saúde como uma prioridade da agenda dos decisores políticos. Sustenta-se em princípios e valores que reconhecem o direito à saúde e a universalidade da prestação de cuidados de saúde como premissas essenciais à promoção da qualidade de vida das populações e ao exercício da cidadania.

Estes valores incluem a sustentabilidade, equidade, qualidade, transparência, dignidade, responsabilidade e o direito do cidadão participar na tomada de decisões. Representam um forte alicerce para o Poder Local, que por sua vez é um parceiro estratégico na promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável, especialmente, pelo contributo que tem dado ao nível do crescimento económico, da coesão social e da proteção do ambiente. As autarquias enquanto poder local instituído, com uma relação privilegiada com as instituições locais, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e promoção da qualidade de vida das populações.

Nas últimas décadas, as investigações centraram-se na área dos determinantes da saúde, que passaram de um enfoque na causa orgânica, para a procura de causas multifatoriais e da relação destas com os estilos de vida. Os pré-requisitos para a saúde contemplados na Carta de Ottawa revelam existir uma conexão estreita entre as condições sociais e económicas, o envolvimento físico, os estilos de vida individuais e a saúde. Estas ligações fornecem a chave para alcançar uma compreensão holística do conceito de saúde.

Sabe-se também que a situação social e económica das pessoas afeta fortemente a sua saúde ao longo da vida, por isso as políticas de saúde têm que refletir uma abordagem sistémica dos determinantes sociais e económicos da saúde. Fatores como o stress, a exclusão social, o trabalho, o desemprego,



o apoio social, as dependências, a alimentação e até os transportes são condicionantes para a saúde que devem ser ponderados nas políticas locais.

## **1.2. Visão e Estratégia**

A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis desenvolve uma metodologia estratégica de intervenção baseada nos princípios essenciais do Projeto Cidades Saudáveis, que são a equidade, a sustentabilidade, a cooperação intersectorial e a solidariedade.

Desenvolve a sua intervenção tendo por base as seguintes linhas orientadoras:

- Apoiar e promover a definição de estratégias locais suscetíveis de favorecer a obtenção de ganhos em saúde;
- Promover e intensificar a cooperação e a comunicação entre os municípios que integram a RPMS e entre as restantes redes nacionais participantes no Projeto Cidades Saudáveis da OMS;
- Divulgar o Projeto Cidades Saudáveis, estimulando e apoiando a adesão de novos municípios.

## **2. O Trabalho em Rede**

O percurso desta associação é fortemente marcado por sucessos e ganhos em saúde, contudo também se registam alguns pontos fracos, por vezes resultantes de constrangimentos inerentes à própria estrutura da Rede.

Nem todos os municípios associados possuem Perfil e Plano de Desenvolvimento de Saúde, dois documentos fundamentais para o planeamento estratégico da intervenção municipal. Este facto tem dificultado o estudo comparativo do “estado da saúde” nos municípios associados. Para dar resposta a esta necessidade foi produzida uma grelha de indicadores comuns a todos os municípios que, a médio prazo, nos dará uma perspetiva evolutiva em termos dos principais indicadores de saúde.

**Quadro Comparativo de Municípios da RPMS com Perfil de Saúde, Plano de Desenvolvimento em Saúde e Carta de Equipamentos em Saúde**

Município	Perfil de Saúde	Plano de Desenvolvimento em Saúde	Carta de Equipamentos de Saúde
Alfândega da Fé	-	-	-
Amadora	Sim	Sim	Sim
Barreiro	-	-	-
Beja	-	-	-
Bragança	-	-	-
Figueira da Foz	Em elaboração	-	-
Golegã	-	-	-
Lagoa (Açores)	-	-	-
Lisboa	Sim	-	Sim
Loures	Sim	Sim	-
Lourinhã	Sim	-	-
Miranda do Corvo	-	-	-
Montijo	Sim	-	-
Odemira	-	-	-
Odivelas	Sim	Sim	-
Oeiras	Sim	-	-
Palmela	-	-	-
Ponta Delgada	-	-	-
Porto Santo	-	-	-
Ribeira Grande	-	-	-
Seixal	Sim e em atualização	Sim	-
Serpa	-	-	-
Sesimbra	-	-	-
Setúbal	Sim	-	-
Torres Vedras	Sim	Sim	-
Viana do Castelo	Sim	Sim	-
Vidigueira	-	-	-
Vila Franca de Xira	Em elaboração	-	-
Vila Real	-	-	-

A OMS sistematiza um conjunto de requisitos definidos para que um município se torne membro da sua Rede Nacional. O quadro que se apresenta compila essa informação. A cada compromisso está associado um conjunto de requisitos mínimos e ideais aos quais acresce a última coluna, que traduz uma

análise da resposta aos requisitos pelos municípios da RPMS, em termos globais.

**Requisitos para as cidades/municípios se tornarem membros da sua Rede Nacional\***

<b>Elemento das cidades saudáveis</b>	<b>Requisitos mínimos</b>	<b>Requisitos ideais (inclui requisitos mínimos)</b>	<b>Resposta aos requisitos pelos municípios da RPMS</b>
1. Compromisso político: apoio aos princípios e estratégias	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comprometer-se com a política SAÚDE 21 de saúde para todos da OMS e apoiar a Declaração das Cidades Saudáveis de Zagreb de 2008: saúde e equidade em saúde em todas as políticas locais</li> <li>2. Declaração política pelo presidente da câmara sobre a participação na rede nacional (recomenda-se a resolução de Câmara)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Resolução de Câmara</li> <li>2. Acordos de parceria locais com sectores, departamentos, instituições e organizações não governamentais</li> <li>3. Compromisso total com os objetivos da V Fase, juntamente com a participação das cidades na Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Assinatura da Declaração de apoio à Fase VI; Declaração de adesão à RPMS</li> <li>2. Parceiros dos diversos projetos de cidades saudáveis de cada município, bem como de outros projetos estratégicos</li> <li>3. Declaração de apoio à Fase VI</li> </ol>
2. Infraestrutura	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar um coordenador ou ponto central</li> <li>2. Identificar um político responsável</li> <li>3. Comité dirigente intersectorial</li> <li>4. Recursos afetos</li> <li>5. Apoio administrativo e do gabinete</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coordenador a tempo inteiro e outros funcionários de apoio para trabalhar no gabinete da cidade saudável</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coordenador dos projetos Cidades Saudáveis ou técnico de referência no município (membro do Grupo Técnico)</li> <li>2. Representante político nos órgãos da RPMS</li> <li>3. Estrutura dos projetos locais de Cidades Saudáveis; Apoio técnico e administrativo assegurado pelos municípios</li> </ol>
3. Produtos e resultados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Uma gama de atividades de cidades saudáveis, tais como ação para lidar com a iniquidade em saúde, promoção de um estilo de vida saudável, apoio a grupos vulneráveis ou planeamento urbano saudável</li> <li>2. Relatório anual à rede nacional</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Programa para cumprir os objetivos estratégicos da V Fase refletindo os objetivos da Declaração das Cidades Saudáveis de Zagreb</li> <li>2. Um perfil de saúde da cidade</li> <li>3. Programa de monitorização e avaliação sistemáticas</li> <li>4. Mecanismo formal de relatórios anuais</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Formulário de Avaliação RPMS</li> <li>2. Alguns municípios com Perfil de Saúde; Grelha de indicadores “Cidades Saudáveis”</li> <li>3. Relatório anuais de avaliação</li> </ol>
4. Rede	Participar nas reuniões de trabalho da rede nacional	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pelo menos uma cidade da rede nacional deve assistir às reuniões ou ser membro da Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS, ou trabalhar no sentido de participar na V Fase</li> <li>2. Participação ativa nos eventos de formação e aprendizagem da rede nacional</li> <li>3. Web site</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fóruns da RPMS; Participação de técnicos do Grupo Técnico em reuniões da OMS, em regime de rotatividade</li> <li>2. Fóruns de discussão e de partilha de boas práticas; Ações de formação</li> <li>3. Web site com informação dos municípios associados</li> </ol>
5. Contribuição financeira anual	A determinar por cada rede nacional	A determinar por cada rede nacional	Pagamento de quota anual à RPMS

**Nota:** \*Retirado do documento da OMS: *Terms of reference and application for accreditation for membership in the Network of European National Healthy Cities Networks in Phase V (2009-2013)*.

A apresentação deste quadro cumpre, também, o objetivo de orientar os municípios que integram a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis na estruturação do seu projeto de Cidades Saudáveis, com base nas recomendações da OMS. Em suma, e de acordo com a informação disponibilizada, é importante que, em termos estruturais, o projeto se sustente na nomeação do Coordenador Político, do Coordenador Técnico e de uma Comissão Diretiva intersectorial. A experiência diz-nos que esta Comissão Diretiva deve acolher instituições municipais cuja intervenção se centre nos diversos determinantes da saúde.

É recomendado, pela OMS, que a Rede Nacional tenha uma perspetiva inclusiva e, como tal, embora não deixando de exigir compromisso e qualidade, o Perfil de Saúde constitui um requisito ideal de adesão e o Plano de Desenvolvimento de Saúde deverá fazer parte de uma estratégia local de saúde sustentada na Rede Nacional de Cidades Saudáveis. Com base nestas diretrizes, a elaboração destes documentos integram a declaração de compromisso assinada pelos municípios aderentes à RPMS e deverão ser desenvolvidos nos três anos subsequentes à sua adesão a esta associação de municípios.

O enquadramento dado ao Projeto Cidades Saudáveis e o conseqüente acompanhamento desta Rede Portuguesa, também assume realidades distintas entre os municípios, que vão desde a constituição do Gabinete Cidade Saudável à incorporação em projetos já existentes como é exemplo a Rede Social e que se reportam às temáticas subjacentes às Cidades Saudáveis, designadamente, planeamento urbano saudável, saúde, ação social, habitação, emprego, desenvolvimento local, planeamento estratégico, entre outras.

Importa referir que a existência do Perfil de Saúde e do Plano de Desenvolvimento em Saúde se cinge exclusivamente aos requisitos subjacentes ao desenvolvimento do Projeto Cidades Saudáveis, que integram os Estatutos desta Associação de Municípios, não se reportando à dinâmica de

trabalho na área da promoção da saúde, que caracteriza os municípios da Rede. É evidente que, mesmo os municípios que ainda não cumpriram os referidos requisitos têm um trabalho consolidado na promoção da saúde e o facto de integrarem esta RPMS reforça a importância que esta matéria assume em cada município.

Um dos pilares desta associação de municípios é o compromisso político. Este tem sido fator de desenvolvimento e consolidação da Rede, na medida em que, a estabilidade política registada na grande maioria dos municípios tem permitido um trabalho de continuidade ao longo dos mandatos autárquicos. As alterações políticas podem resultar num menor investimento político e técnico na Rede, e a limite, na opção por deixar de integrar a associação. Contudo é importante realçar que atualmente existe um forte compromisso político.

Outro ponto forte prende-se com a liderança, dinâmica e coesão do Grupo Técnico, bem como a articulação com o órgão executivo (Conselho de Administração), que confere celeridade aos procedimentos de gestão e de desenvolvimento técnico do trabalho.

No plano internacional, a RPMS goza de credibilidade e é apreciada pela sua dinâmica, pela disponibilidade e envolvimento na Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da OMS, pela articulação com a OMS.

Outro parceiro de referência, a nível nacional é a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) com quem a RPMS tem um protocolo, desde o ano 2000, que ministrou ações de formação no âmbito do Plano de Formação desta Rede, sobre “Ambiente e Saúde” e “Planeamento Urbano Saudável”.

Em 2011/2012, realizou-se em parceria com a ENSP a Formação “Cidades Saudáveis e Desenvolvimento Local”, que se realizou em oito sessões sobre temáticas relacionadas com áreas de interesse para o trabalho no âmbito do Projeto Cidades Saudáveis, nomeadamente, a saúde urbana, o poder local e desenvolvimento de saúde, a equidade e desigualdades sociais, a

comunicação em saúde, a capacitação do cidadão e o Perfil de Saúde e o Plano de Desenvolvimento em Saúde, entre outras.

A Formação “Cidades Saudáveis e Desenvolvimento Local” culminou na elaboração de projetos de intervenção dentro de áreas como a literacia em saúde, a alimentação saudável, o planeamento urbano saudável e a saúde mental e bem-estar.

São muitos os desafios que se colocam à Rede Portuguesa em matéria de promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e que deverão ser encarados por uma rede forte e consolidada, com capacidade de influenciar as políticas locais e nacionais de saúde.

São, também, muitos os benefícios resultantes de um trabalho em rede:

- Incentivo ao desenvolvimento dos perfis e planos de desenvolvimento em saúde;
- Definição e construção de ferramentas de suporte à avaliação e monitorização dos ganhos em saúde;
- Troca de conhecimentos, fundamental para o planeamento estratégico de ações integradas;
- Abordagem intersectorial dos problemas;
- Desenvolvimento de capacidades e trabalho conjunto;
- Programação e concretização de ações inovadoras que abordem todos os aspetos da saúde e da qualidade de vida;
- Cooperação institucional;
- Estimulo à criatividade;
- Desenvolvimento de planos estratégicos de suporte e instrumentalização de políticas com vista à melhoria da qualidade de vida das comunidades;
- Construção de uma visão partilhada para os municípios, com um Plano de Desenvolvimento de Saúde e trabalho em áreas específicas;
- Parcerias institucionais, nas áreas dos condicionantes sociais da saúde, designadamente, com a Direção-Geral da Saúde, Instituto de Geografia

e Ordenamento do Território, Escola Nacional de Saúde Pública, entre outras;

- Troca de experiências e de conhecimentos com as restantes cidades da Europa que integram a REDE das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da OMS;
- Parceria estabelecida com a OMS, potenciando a abordagem holística das cidades saudáveis e usufruindo, simultaneamente, do seu *Know-how*, em matéria de temas transversais aos problemas que as cidades da Europa enfrentam na generalidade: exclusão social, toxicodependências, pobreza, desemprego, doenças transmissíveis e não transmissíveis, degradação ambiental, entre outros.

### **3. O Futuro – Linhas estratégicas**

Os objetivos estratégicos a implementar neste plano, sustentam-se nos dois objetivos estratégicos da saúde 2020, que por sua vez também pautam a VI Fase da Rede Europeia das Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde. A saber:

- melhorar a saúde para todos e reduzir as desigualdades em saúde; e
- melhorar a liderança e a governança participativa para a saúde.

Estes objetivos estratégicos reforçam o sólido compromisso da Rede Europeia da OMS em abordar a equidade e os determinantes sociais da saúde e primam pela melhoria da governança para a saúde e pela promoção da saúde em todas as políticas.

Pretende-se que estes objetivos sejam alcançados através do desenvolvimento de grandes áreas prioritárias da Saúde 2020. Estas são:

1. Investir na saúde através de uma abordagem do curso da vida e capacitar as pessoas;
2. Enfrentar os grandes desafios de saúde de doenças não transmissíveis e transmissíveis;

3. Fortalecimento de sistemas de saúde centrados nas pessoas, capacidade da saúde pública e preparação para emergências, vigilância e resposta;
4. Criação de comunidades resilientes e ambientes de apoio.

O desenvolvimento destas quatro prioridades exige uma combinação de abordagens de governança que promovam a equidade, saúde e bem-estar. Uma governança inteligente deve antecipar a mudança, promover a inovação e investir na promoção da saúde e prevenção de doenças. Reconhecendo que os territórios têm diferentes contextos e diferentes capacidades para abordar estas prioridades, sendo a cooperação entre municípios um dos motores de desenvolvimento sustentável.

Continuaremos a divulgar e promover a nível nacional o Projeto Cidades Saudáveis e os conceitos que o sustentam, designadamente, a abordagem holística da saúde e a importância dos condicionantes sociais da saúde na melhoria da qualidade de vida. A este respeito a Rede tem desenvolvido um trabalho profícuo, com resultados visíveis, designadamente, no que diz respeito ao alargamento da Rede de parceiros e à edição de produtos que vão desde o site à agenda anual e à revista, passando por folheto e outros materiais produzidos no contexto de eventos específicos. No entanto, a RPMS continuará a zelar pela sua missão, procurando disseminar pelo território nacional a metodologia das Cidades Saudáveis.

Consideramos, ainda, que a prossecução da missão desta associação, direciona-nos para uma reflexão em torno de um conjunto de metas a atingir que se consubstanciam nos seguintes objetivos estratégicos:

### **3.1. Reformular o modelo de funcionamento da RPMS, por forma a estimular uma maior participação dos municípios associados**

O alargamento da RPMS a novos membros constituiu um dos objetivos dos últimos anos. Diríamos que este é um objetivo intemporal, na medida em que esta associação tem as portas abertas aos municípios que queiram trabalhar em parceria e num espírito de solidariedade, pela promoção da saúde. No



entanto, consideramos que é tempo de olharmos para dentro e refletirmos sobre o funcionamento interno desta associação.

Consciente que a dispersão pelo território tem constituído um obstáculo à participação sistemática nos órgãos e atividades da RPMS, por parte de todos os seus membros, propõe-se um novo modelo de funcionamento que passe pela criação de núcleos intermédios de gestão e coordenação que agruparão os municípios de acordo com a sua localização geográfica, mantendo-se a realização de seis reuniões anuais do Grupo Técnico alargado.

No que diz respeito aos municípios das ilhas dos Açores propõe-se, numa primeira fase, a realização de um Fórum bianual a decorrer na ilha de S. Miguel, liderado pelos três municípios que integram atualmente a RPMS. Propõe-se, igualmente, a deslocação de uma delegação da RPMS para reunir e trabalhar com estes municípios, procurando estreitar laços de colaboração e parceria entre os mesmos. Considera-se, ainda, fundamental envolver a Direção Regional da Saúde, promovendo uma reunião política para apresentação da RPMS e definição de estratégias de colaboração.

Relativamente à ilha da Madeira, e porque apenas Porto Santo integra a RPMS, propõe-se a realização de uma reunião política com o executivo desta Câmara Municipal para melhor enquadramento desta associação de municípios e do papel precursor que este município poderá assumir no desenvolvimento do Projeto Cidades Saudáveis na Ilha da Madeira. Propõe-se, igualmente uma reunião com a Câmara Municipal do Funchal e também com a Direção Regional da Saúde, para apresentação da RPMS e definição de estratégias de colaboração.

### **3.2. Intensificar uma cultura de trabalho em rede**

Os municípios que integram a RPMS encontram-se em diferentes estados de desenvolvimento do Projeto Cidades Saudáveis resultante da experiência acumulada no contexto da participação na RPMS, bem como na Rede Europeia de Cidades Saudáveis. A este nível consideramos que esta

experiência deveria ser potenciada no sentido de desenvolver um maior espírito de entreajuda e de partilha de conhecimento entre os municípios com mais experiência e os municípios que aderiram mais recentemente.

Assim sendo, propõe-se a implementação de um sistema de “apadrinhamento” de municípios, em que os municípios mais experientes serão responsáveis pelo acompanhamento de novos municípios ou municípios menos experientes, ou seja, os municípios menos experientes escolhem um município com mais experiência para mentor no contexto do desenvolvimento localmente do Projeto Cidades Saudáveis. Esta assessoria técnica poderá, inclusivamente, incluir a elaboração do Perfil e do Plano de Desenvolvimento de Saúde. Para este efeito, apenas serão considerados como municípios mais experientes os que tiverem o Perfil de Saúde e o Plano de Desenvolvimento de Saúde elaborados.

Esta metodologia de trabalho permitirá reforçar a cultura de trabalho em rede que esta associação preconiza e trará mais-valias para todos os municípios na medida em que, os novos municípios sentir-se-ão mais apoiados e poderão aprender com a experiência dos outros mas de uma forma personalizada e dirigida às suas necessidades específicas e os “seniores” testarão os seus conhecimentos e irão adquirir mais experiência no contexto de outras realidades.

### **3.3. Investir no desenvolvimento de instrumentos de análise e de planeamento**

Consideramos que deverá refletir-se internamente sobre os critérios de adesão à RPMS, na medida em que grande parte dos municípios não têm vindo a desenvolver o Perfil de Saúde e Plano de Desenvolvimento em Saúde, dois instrumentos de diagnóstico e planeamento fundamentais para o desenvolvimento de um projeto local de Cidades Saudáveis sustentado. A este nível consideramos que se deverá aumentar o grau de exigência, quer em termos dos futuros membros, quer no que diz respeito aos atuais membros.

Propõe-se que os membros associados que não possuem os referidos instrumentos invistam no seu desenvolvimento no prazo máximo de dois anos. Relativamente aos futuros membros, propõe-se que assumam o compromisso de desenvolver o Perfil de Saúde e o Plano de Desenvolvimento de Saúde durante os primeiros três anos de adesão à RPMS.

Deverá a Assembleia Intermunicipal decidir quais as consequências resultantes do incumprimento destes critérios por parte dos municípios associados.

### **3.4. Investir na consolidação e formação do Grupo Técnico**

Um Grupo Técnico coeso e conhecedor das matérias subjacentes ao Projeto Cidades Saudáveis, constitui um pilar da Rede e a garantia de um trabalho profícuo.

Para alcançar este objetivo, propõe-se:

- A elaboração do III Plano de Formação com base nas necessidades sentidas e áreas prioritárias de cada município. O Grupo técnico tem a seu cargo o levantamento dessas necessidades e a programação de ações de formação com recurso a formadores externos, especializados nas matérias definidas.
- O investimento nestas ações poderá ser rentabilizado no futuro de duas maneiras: através de uma posterior formação, ministrada pelo Grupo Técnico aos técnicos dos novos municípios associados e a disponibilização (mediante acordos a realizar que poderão ser financeiros ou não) destes cursos/módulos de formação a outros municípios que não integrem a Rede.

Como metodologia de implementação do referido plano, propõe-se o princípio da rotatividade, assumindo cada município a organização de uma ação de formação, suportada financeiramente pelo orçamento da Rede.

- A organização de encontros descentralizados, que estimulem a troca de conhecimentos e a aprendizagem de boas práticas, contribuindo para um maior conhecimento da realidade de cada município e para a rentabilização do trabalho em rede;

- A partilha de tarefas e responsabilidades relacionadas com o funcionamento em rede, criando uma cultura de rede e estimulando a troca de informação, reforçando laços de solidariedade e de entreajuda.

### **3.5. Estreitar laços de colaboração com a Administração Central e promover/reforçar parcerias estratégicas de âmbito nacional**

O trabalho em parceria constitui um pilar da intervenção da Rede em prol da promoção da qualidade de vida e do bem-estar das comunidades. Para a prossecução deste objetivo é fundamental potenciar dinâmicas de parceria, aprofundando linhas de colaboração com instituições estratégicas, que constituem uma mais-valia para a prossecução da missão da Rede, designadamente, com a Direção-Geral da Saúde e com a Escola Nacional de Saúde Pública.

A Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis integra o grupo Consultivo e de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2016, contribuindo com a sua experiência para a elaboração deste importante documento, que contempla as estratégias de desenvolvimento da saúde a nível nacional.

Desde 2012, que a RPMS, é membro do Grupo Técnico Consultivo para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, dinamizado pela DGS.

A RPMS também participa no Fórum Nacional Álcool e Saúde assumindo o compromisso de auscultação, aos municípios membro, sobre as atividades e projetos desenvolvidos a nível local, no que se refere à prevenção de comportamentos aditivos (consumo de álcool) nos diversos grupo-alvo. Ainda neste âmbito, comprometeu-se a esclarecer e sensibilizar os municípios associados, incentivando-os a desenvolverem projetos de prevenção do alcoolismo, uma vez que o álcool é uma das três áreas prioritárias de saúde pública do mundo.

Mais recentemente a RPMS foi convidada para integrar o Grupo de Peritos em Planeamento Urbano Saudável, criado pela DGS. Este grupo visa proceder à

elaboração de um guia de suporte às intervenções em planeamento urbano saudável.

### **3.5.1 Parceria com a Direção-Geral de Saúde**

- Ao nível da elaboração e validação de materiais de promoção da saúde produzidos pela Rede;
- Na disponibilização de materiais temáticos na área dos condicionantes sociais e ambientais da saúde;
- Na colaboração nos órgãos de informação da Rede – Site e Revista “Notícias da Rede”;
- No incentivo aos serviços de saúde locais para colaborarem com as Câmaras Municipais ao nível da implementação/dinamização do Projeto Cidades Saudáveis;
- Na implementação das Estratégias Locais de Saúde – ELSA’s.

### **3.5.2 Parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública – potenciar o protocolo existente**

- Ao nível da promoção de formação específica para os técnicos da Rede, mediante uma proposta da Rede;
- Na divulgação do Projeto Cidades Saudáveis e dos seus conceitos nos cursos oficiais desta escola;
- Na colaboração nos órgãos de informação da Rede – Site e Revista “Notícias da Rede”;
- Na implementação do Roteiro Nacional para a Saúde através da elaboração de um conjunto de indicadores.

### **3.5.3 Parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa**

- Na implementação do Roteiro Nacional para a Saúde estabelecer-se-á um protocolo de parceria entre a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), onde será definida a intervenção de cada parceiro na implementação do Roteiro Nacional para a Saúde.

- Na discussão da metodologia a desenvolver com vista a implementação do referido Roteiro Nacional para a Saúde, projeto que reforça a coesão territorial e promove a equidade no acesso a saúde colocando todos os municípios ao mesmo nível de discussão, projeções demográficas, e a possível existência de outros documentos de suporte ao sector da saúde no município (por exemplo: existência ou não do Perfil Municipal de Saúde e/ou Plano de Desenvolvimento de Saúde).

#### **3.5.4 Parceria com a Faculdade de Motricidade Humana, Faculdades da Área da Nutrição e Psicologia**

- Na dinamização e avaliação de projetos com impacto nos determinantes relacionados com estilos de vida saudáveis;
- Ao nível da promoção de formação específica para os técnicos da Rede, mediante uma proposta da Rede.

#### **3.5.5 Parceria com as Associação Nacional de Municípios, Associações Regionais de Municípios e Comunidades Intermunicipais**

- Na divulgação do Projeto Cidades Saudáveis e dos seus conceitos junto dos municípios associados;
- Na realização de iniciativas conjuntas, como seja o Fórum da Rede ou outras que venham a acontecer;
- Na discussão de estratégias conjuntas com vista à promoção da saúde e qualidade de vida das populações que vivem nestes municípios.

### **3.6. Trabalhar em parceria com a OMS e com as cidades europeias no contexto da participação na Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis**

A Rede Portuguesa sustenta-se numa base de cooperação mais ampla que ultrapassa as fronteiras nacionais. A adesão à Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da OMS (2001), veio solidificar a importância da componente internacional deste projeto.

Para além da continuidade e do reforço do trabalho desenvolvido no âmbito desta Rede, importa equacionar o desenvolvimento de ações de cooperação que transcendam as fronteiras da mesma. A este nível propõe-se:

- Participar nas Reuniões de Trabalho da Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis;
- Reforçar a colaboração com Redes Nacionais de Cidades Saudáveis da Europa (com particular enfoque com a Rede Espanhola), potenciando a adesão à Rede das Redes Nacionais de Cidades Saudáveis;
- Desenvolver projetos da Rede Portuguesa com a OMS – seminários, fóruns, projetos a desenvolver em escolas, entre outros, na lógica de rentabilização desta parceria através do recurso aos seus conhecimentos técnicos;
- Trabalhar no sentido de aumentar o número de cidades portuguesas na Rede Europeia de Cidades Saudáveis da OMS, sendo que este reforço da participação de Portugal será um fator de fortalecimento e reconhecimento da Rede a nível nacional e internacional.
- Cooperar com outras instituições no seio da ONU que desenvolvam trabalho no contexto das temáticas subjacentes ao Projeto Cidades Saudáveis, se esta dinâmica se afigurar vantajosa para os objetivos da Rede;
- Estabelecer linhas de colaboração no âmbito do Projeto Cidades Sustentáveis, Cidades Educadoras, Cidades Amigas das Crianças, Cidades Amigas dos Idosos.

### **3.6.1 Revalidar a participação na Rede das Redes de Cidades Saudáveis da OMS nas fases futuras**

Decorridos mais de 25 anos do lançamento do Projeto Cidades Saudáveis da OMS, a Rede Europeia, atualmente na VI Fase (2014-2018), regista um longo percurso de liderança e de capacitação das autarquias para a criação de pré-condições para uma vida mais saudável através da facilitação da ação intersectorial.

A integração na Rede Europeia de Cidades Saudáveis obedece ao preenchimento de um conjunto de requisitos definidos pela OMS, entre os quais se encontra a participação na Rede Nacional de Cidades Saudáveis. Isto porque, a OMS considera que as Redes Nacionais constituem um mecanismo chave para o desenvolvimento integrado de uma estratégia nacional de promoção da saúde. O quadro que se apresenta sistematiza os requisitos para credenciação como membro da Rede das Redes Nacionais Europeias de Cidades Saudáveis - definidos pela OMS\*, bem como a resposta aos mesmos por parte da RPMS.

**Requisitos para credenciação como membro da Rede das Redes Nacionais Europeias de Cidades Saudáveis - definidos pela OMS**

<b>Elemento das cidades saudáveis</b>	<b>Requisitos mínimos</b>	<b>Requisitos ideais (inclui requisitos mínimos)</b>	<b>Resposta aos requisitos pela RPMS</b>
1. Compromisso político: apoio aos princípios e estratégias	Comprometer-se com a política SAÚDE 21 de saúde para todos da OMS e apoiar a Declaração das Cidades Saudáveis de Zagreb de 2008: saúde e equidade em saúde em todas as políticas locais	Demonstrar o apoio formal a vários parceiros, que podem incluir ministérios, e instituições e organizações não governamentais	Estes compromissos integram a Declaração de apoio à Fase V assinada pelos membros da RPCS e estão espelhados no Plano de Acção e Plano Estratégico da mesma. No âmbito das parcerias formais destaca-se a parceria com a Direcção-Geral da Saúde e com a Escola Nacional de Saúde Pública.
2. Infra-estrutura	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar um coordenador ou ponto central com recursos técnicos e administrativos;</li> <li>2. Representante político</li> <li>3. Organização formal da rede por leis ou uma constituição</li> <li>4. Comité dirigente</li> <li>5. Requisitos claros para cidades membros, incluindo uma declaração política</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coordenador a tempo inteiro</li> <li>2. Um comité dirigente com coordenadores de cidade, políticos e partes interessadas</li> <li>3. Requisitos claros para os membros, seguindo os quatro elementos da acção das cidades saudáveis</li> <li>4. Apoio técnico e administrativo, incluindo um departamento com orçamento para actividades como a formação e comunicação</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Coordenador a meio tempo</li> <li>2. Estrutura da Rede: Assembleia Intermunicipal, Conselho de Administração e Grupo Técnico; Representante Político – Presidente do Conselho de Administração</li> <li>3. Declaração de apoio à Fase V; Tradução para português do documento da OMS orientador da Fase V – <i>Phase V (2009-2013) of the WHO European Healthy Cities Network: goals and requirements</i></li> <li>4. Apoio administrativo e orçamento anual</li> </ol>
3. Produtos e resultados	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reuniões de trabalho regulares com as cidades membro</li> <li>2. Provas visíveis de que a rede nacional apoia visivelmente as cidades</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estratégia e programa claro do trabalho dirigido aos desafios da Fase V</li> <li>2. Monitorização e avaliação sistemáticas</li> <li>3. Disseminação dos estudos</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Agenda de Trabalho para 2010, sobre temas da Fase V</li> <li>2. Plano de Acção anual com enfoque nos temas da Fase V; Trabalho em temas específicos, designadamente,</li> </ol>



	membro, por exemplo, fornecendo uma lista de actividades ou um relatório anual	de caso às redes e cidades, através da publicação em jornais 4. Produção de um relatório anual	o estudo sobre hábitos tabágicos nos jovens 3. Revista “Notícias das Cidades Saudáveis” onde se divulgam estudos de caso nacionais e internacionais; Publicação de Projectos de Promoção da Saúde, da Rede e dos municípios associados 4. Relatório de actividades anual
4. Rede	1. Participar nas reuniões técnicas e de trabalho anuais das Cidades Saudáveis da OMS 2. Web site e endereço de e-mail	1. Web site em inglês 2. Publicação de uma <i>newsletter</i> regular 3. Trazer representantes de uma ou duas cidades da rede nacional às reuniões técnicas e de trabalho anuais das Cidades Saudáveis da OMS 4. Fornecer provas do trabalho em rede (para além da participação nas reuniões técnicas e de trabalho da OMS)	1. Web site em português e inglês 2. Revista “Notícias das Cidades Saudáveis” 3. Participação de técnicos do Grupo Técnico em reuniões da OMS, em regime de rotatividade 4. Resposta aos relatórios anuais de avaliação da OMS; Publicação dos Projectos de Promoção da Saúde, da Rede e dos municípios associados
5. Contribuição financeira anual	Contribuir para a OMS com um pagamento financeiro anual	Contribuir para a OMS com um pagamento financeiro anual	Pagamento de quota anual à OMS

### 3.7. Implementação do Roteiro Nacional de Saúde

A redução das desigualdades em saúde constitui hoje um dos maiores desafios da agenda política sendo, sem dúvida, uma prioridade para a obtenção de ganhos em saúde. As desigualdades em saúde resultam do acesso desigual aos cuidados de saúde e aos determinantes da saúde, designadamente, à educação e cultura, ao emprego e à proteção social, e a estilos de vida saudáveis.

Se nos concentrarmos naquelas que são as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde importa conhecê-las melhor. Perceber se são idênticas em todo o país; que assimetrias se registam; quais as prioridades de intervenção; qual o papel do Estado e das Autarquia Locais.

Para promover essa reflexão, a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis (RPMS) propõe-se a desenvolver um Roteiro Nacional para a Saúde nas Áreas Metropolitanas (AM) de Lisboa e Porto e nas Comunidades Intermunicipais (CIM). Roteiro, este, a implementar no presente ciclo autárquico, envolvendo

todos os municípios que integram esta associação de municípios, bem como a Associação Nacional de Municípios Portugueses, ARS e a AML.

Constituem objetivos deste Roteiro Nacional para a Saúde:

- Colocar as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde na agenda política do Poder Central e Local;
- Conhecer a realidade do país nesta matéria;
- Promover o debate em torno daquelas que têm sido as principais medidas do Ministério da Saúde e o seu impacto na prestação do Serviço Nacional de Saúde (SNS);
- Discutir os efeitos da crise na saúde;
- Apontar recomendações e soluções possíveis da localização dos equipamentos de saúde;
- Negociar, posteriormente, com o Ministério da Saúde políticas e medidas conducentes à redução das desigualdades em saúde e, conseqüentemente, à melhoria da saúde e qualidade de vida das populações;
- Divulgar a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.

Os Municípios da RPMS terão um papel central na implementação da proposta de Roteiro Nacional para a Saúde nas AM e CIM que integram. A este nível, propõe-se a criação de um grupo técnico em cada AM e CIM para definição de uma proposta de conteúdos a apresentar na Sessão Pública de Roteiro Nacional para a Saúde, proposta esta a ser analisada politicamente pelo Grupo de Políticos criado, igualmente, em cada AM e CIM.

## **Conclusão**

Pretende-se com este documento, acima de tudo, promover o crescimento sustentado da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, reforçando o seu papel interventivo na promoção da saúde nos territórios municipais e junto dos organismos do poder central.

A adesão de novos membros e o incentivo à permanência dos atuais municípios reforçará a efetividade na concretização de estratégias locais de saúde com impactos na saúde e qualidade de vida das comunidades, alcançando maior equidade territorial e concretização de objetivos e metas comuns.